

O Governo do Estado obteve, nesta quarta-feira (25), nova vitória no Supremo Tribunal Federal (STF) que evitará o colapso das finanças do Rio de Janeiro. O ministro Dias Toffoli, do STF, concedeu uma liminar para manter o Estado do Rio no Regime de Recuperação Fiscal (RRF). A decisão atende a um pedido do governador Cláudio Castro, feito pela Procuradoria Geral do Estado (PGE-RJ) com base em estudos técnicos da Secretaria de Fazenda (Sefaz-RJ).

Toffoli também revalidou pontos da liminar concedida em dezembro de 2024, como a suspensão do aumento de 30 pontos percentuais na parcela de pagamento da dívida do Estado com a União e a limitação do valor a ser pago ao mesmo montante de 2023. Assim, o ministro manteve o teto de R\$ 4,9 bilhões para o pagamento da dívida do Estado do Rio com a União. A decisão vale até o fim deste ano ou até que o Congresso analise os vetos à lei que criou o do Programa de Pleno Pagamento das Dívidas dos Estados (Propag).

“A decisão do STF é de extrema importância para a manutenção do equilíbrio das nossas contas públicas. É uma garantia que nos permite preservar investimentos em áreas essenciais como saúde, educação e segurança, manter a prestação regular dos serviços públicos, e continuar honrando os compromissos com servidores e fornecedores”, afirmou o governador.

Segundo nota técnica elaborada pela Secretaria de Fazenda, apresentada junto ao pedido do Governo do Estado, os vetos presidenciais ao texto aprovado pelo Congresso Nacional e a indefinição sobre alguns trechos da regulamentação do Propag levaram à necessidade de prorrogação da eficácia da liminar.

Governo do Rio continua no Regime de Recuperação Fiscal

Liminar do ministro Dias Toffoli mantém teto de pagamento da dívida a R\$ 4,9 bilhões



Ministro dá liminar até análise dos vetos do Propag



Cláudio Castro afirma que decisão preserva investimentos em saúde e educação

Graças à decisão do ano passado, o teto do Estado para o pagamento da dívida com a União está limitado a R\$ 4,9 bilhões anuais. Sem a liminar, o valor a ser desembolsado em 2025 seria de R\$ 11,5 bilhões, sendo R\$ 6,8 bilhões só de juros e encargos.

“A maior parte do que gastaríamos este ano com a dívida, sem a

liminar, seria para cobrir os juros. Isso demonstra e comprova a nossa tese de que, no formato atual, a dívida é impagável”, ressaltou Cláudio Castro.

Em busca de um modelo mais sustentável para o pagamento, o Estado defende a derrubada dos vetos à lei de criação do Propag para aderir ao programa.

“A manutenção do Estado no RRF nos dá a tranquilidade necessária para entrarmos no Propag em sua versão aprovada pelo Congresso Nacional, sem os vetos. Assim, teremos condições para pagar a nossa dívida e, ao mesmo tempo, trabalhar e investir no desenvolvimento do Estado”, avaliou o secretário de estado de Fazenda, Juliano Pasqual.

Alerj aprova calamidade financeira na Saúde de Volta Redonda-RJ



Pedido foi feito à Alerj pelo prefeito Antônio Francisco Neto

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou, em discussão única, nesta quinta-feira (26), o Projeto de Lei 5.702/25, que reconhece o estado de calamidade pública no âmbito da administração financeira da saúde do município de Volta Redonda, no Sul do Estado do Rio. A proposta é de autoria dos integrantes da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Parlamento fluminense. A medida segue para o governo do Estado do Rio, Cláudio Castro, que tem até 15 dias úteis para sancionar ou vetar o texto.

O pedido foi feito pelo prefeito Antônio Francisco Neto, do PP, por meio do ofício 358/25, enviado à Mesa Diretora da Alerj. A CCJ, em reunião realizada na quarta-feira (25), aprovou a declaração e elaborou a proposta a ser apreciada em plenário. O reconhecimento da calamidade pública pelos deputados garante à prefeitura de Volta Redonda angariar recursos estaduais e federais, bem como a flexibilização de regras fiscais e administrativas, o

que permite executar gastos emergenciais sem as restrições normais do orçamento.

O prefeito alega cenário epidemiológico das neoplasias malignas (câncer), das cardiopatias e do risco de epidemia de dengue tipo 3. Neto já havia emitido o Decreto Municipal 19.075/25, publicado no Diário Oficial de Volta Redonda em 20 de fevereiro deste ano e válido por 180 dias. Agora, o município quer obter o reconhecimento estadual da crise que vem enfrentando

De acordo com o prefeito, Volta Redonda está com um déficit de R\$ 32 milhões no setor de média e alta complexidade da Saúde. O decreto emitido por Neto aponta também longas filas de espera no atendimento de saúde, além de outros problemas estruturais. O prefeito incluiu ainda outras medidas no decreto para enfrentar os problemas da área da Saúde. Uma delas refere-se à vistorias em imóveis públicos e privados, com autorização para entrada forçada em locais abandonados, com o objetivo de eliminar focos do mosquito da dengue.

Mundial de surfe movimentou economia em Saquarema

O quinto dia da etapa brasileira da Championship Tour (CT) da World Surf League (WSL) foi de mar flat, mas de movimento intenso fora d'água. Com o apoio do Governo do Estado, o Mundial de Surfe em Saquarema transformou a cidade em um polo turístico e econômico. Comércio cheios, bares e restaurantes lotados e ativações nas areias de Itaúna marcaram a quarta-feira (25/06), reforçando o impacto positivo da competição na região.

“O Mundial de Surfe é mais do que um evento esportivo: é uma vitrine internacional para o nosso estado, uma alavanca para o turismo e uma engrenagem para a economia fluminense. Com os investimentos do Governo do Estado, conseguimos transformar Saquarema em um verdadeiro polo de desenvolvimento durante o campeonato. São empregos, renda, arrecadação e, acima de tudo, oportunidade para a população. A cada ano o impacto é maior, e nós seguiremos fortalecendo esse caminho que une esporte e progresso”, declarou o governador Cláudio Castro.

Somente nesta edição, o Governo do Estado investiu mais de R\$ 12 milhões no evento, por meio da Lei Estadual de Incentivo ao Esporte, da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer. O resultado é visível: a ocupação hoteleira chegou a 100% em

Itaúna e alcançou 95% no restante da cidade. Além disso, o campeonato se tornou uma importante vitrine internacional para o estado do Rio, projetando o litoral fluminense para o mundo.

“É só dar uma volta por Saquarema para ver o impacto que o Mundial tem. A cidade está cheia, o comércio bombando, gente trabalhando. O surfe traz um movimento que faz bem pra todo mundo. E com o apoio do Governo, conseguimos potencializar isso, fazendo o esporte virar oportunidade de verdade para a população. E o melhor é que a cada ano o sucesso aumenta”, disse o secretário de Esporte e Lazer, Rafael Picciani.

“A chegada do campeonato fomentou muito a economia da cidade.

Novos negócios foram abertos, especialmente pousadas, porque a demanda é tão grande que Saquarema ainda está se estruturando para atender. Quando Itaúna lota, os turistas se espalham por bairros vizinhos”, conta Gabriela Romanelli, empresária local e dona de pousada na região.

A movimentação também é percebida por ambulantes, como o vendedor de mate Thiago Silva, que viu suas vendas triplicarem durante o evento.

“Nessa época aparece muita gente nova trabalhando por aqui, até de fora da cidade. Todo mundo ganha. O público na praia aumenta muito durante o campeonato e as vendas disparam. A tendência é crescer ainda mais”, disse.



Governo do Rio investiu R\$ 12 milhões no evento